



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

IX LEGISLATURA (2010-2014)

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA

REUNIÃO DA 2.ª COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE DE 8 DE DEZEMBRO DE 2011

Presidente: Ex.^{mo} Sr. José Diogo

Secretários: Ex.^{mo} Sr. António Ramos

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a reunião às 9 horas e 5 minutos.

A 2.ª Comissão Especializada Permanente da Assembleia Nacional procedeu à análise e aprovação, na especialidade, do orçamento do Ministério da Justiça e Reforma do Estado.

Fizeram uso da palavra, além dos Srs. Ministros da Descentralização e dos Assuntos Parlamentares

(Arlindo Ramos) e da Justiça e Reforma do Estado (Elísio Teixeira), o Director do Orçamento (Ginésio da Mata) e os Srs. Deputados Gil Costa (PCD), Sebastião Santos (PCD), Gaudêncio Costa (MLSTP/PSD), Delfim Neves (PCD), António Barros (MLSTP/PSD) e José Viegas (MLSTP/PSD).

O Sr. Presidente encerrou a reunião às 9 horas e 50 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a reunião.

Eram 9 horas e 5 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Acção Democrática Independente (ADI):

Alexandre da Conceição **Guadalupe**
Isabel Mayza **Domingos**
Octávio da Costa de **Boa Morte** Fernandes
José António do Sacramento Miguel

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

António Neves Sacramento **Barros**
António da Trindade Afonso **Ramos**
Dionísio Fernandes **Leopoldino**
Gaudêncio Costa

Partido de Convergência Democrática (PCD):

Gil Mascarenhas **Costa**

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, Sr. Ministro e sua equipa técnica, bom dia e bem-vindos a esta Casa Parlamentar.

Vamos dar continuidade aos nossos debates que iniciámos ontem. Só gostaria de lembrar-vos que ontem abordámos quatro sectores e hoje iremos abordar mais três, em conformidade com o programa que cá temos.

Eu pediria aos Srs. Deputados para iniciarmos este trabalho com a flexibilidade necessária, para chegarmos a um consenso, viabilizarmos o orçamento e podermos ter na República um instrumento tão importante.

Também gostaria de pedir aos Srs. Deputados que tenham propostas de alteração, de emenda ou qualquer sugestão que o façam em primeira mão. Acho que é preferível ouvir as propostas e depois, se o Governo quiser argumentar em sua defesa, poderá fazê-lo e passaremos imediatamente à votação, para não perdermos tempo como perdemos ontem.

Não vamos alongar muito mais.

Tem a palavra o Sr. Deputado Gil Costa, para uma intervenção.

O Sr. **Gil Costa** (PCD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Técnicos do Ministério da Justiça, Srs. Deputados, bom dia.

Sr. Presidente, não sei se reparou na defesa que foi feita ontem pelo Sr. Deputado Levy Nazaré. Era no sentido de ouvirmos primeiramente os argumentos do Governo e só depois apresentarmos as nossas propostas. Foi isso que ficou assente ontem, que o Governo fizesse a defesa do seu orçamento e só a partir daí é os Deputados intervirmos. A prática de trabalho de ontem foi assim. De contrário, estaríamos a invertê-la.

O Sr. **Presidente**: — Eu parto do princípio de que o Orçamento é sobejamente conhecido pelos Srs. Deputados, aliás já foi votado na generalidade, daí que para fazermos um trabalho mais profícuo é sabermos realmente as vossas sugestões, que podem ser de emenda, de substituição ou de alteração e o Governo pronunciar-se-á de acordo com essas sugestões e sobretudo para podermos avançar, porque ontem perdemos muito tempo em discussões que não tinham muito a ver com a questão essencial, que era o Orçamento em si.

Tem a palavra o Sr. Deputado Sebastião Santos, para uma intervenção.

O Sr. **Sebastião Santos** (PCD): — Sr. Presidente, pela sua proposta, isso significa uma retratação de tudo o que ficou dito ontem. Mesmo tendo ouvido primeiramente a defesa do Governo de que éramos irresponsáveis, bloqueadores, porque chegámos sem não sei quê, quando esteve ausente, e que nós, pura e simplesmente, trouxemos de forma leviana as propostas, isso implica a retratação do Grupo Parlamentar.

Quero dizer que não somos levianos, nem bloqueadores. Só assim é que podemos ir pelo princípio que o Sr. Presidente está a nos propor. O que o Sr. Presidente está a nos propor é que coloquemos as nossas

propostas, sem ouvir o Governo. Ontem fomos acusados de levianos, de tentativa de bloqueio, quando o Grupo Parlamentar tem que dizer o que quer. Isso significa a retratação de tudo quanto foi dito ontem.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, a sugestão que eu faço é apenas para sermos mais pragmáticos e rapidamente passarmos à discussão sectorial do Orçamento. É apenas isso que eu peço, porque ontem, se a memória não me falha, fiquei com a impressão de que estávamos a divagar um pouco em questões que não tinham muito a ver com o Orçamento e daí também, com a vontade de querer respeitar escrupulosamente o tempo fixado, que são 2 horas, para o debate do orçamento sectorialmente, apresentei esta sugestão. No fundo, ontem o Governo ia fazendo a introdução do orçamento, que já é conhecido, e os Deputados apresentavam propostas de alteração.

Hoje apenas estou a sugerir que se houver já essas propostas, vamos avançar e o Governo então faz a sua defesa e passaremos imediatamente à votação.

Tem a palavra o Sr. Deputado Gaudêncio Costa, para uma intervenção.

O Sr. **Gaudêncio Costa** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, sou também de opinião que o Governo deve fazer primeiro a defesa daquilo que pôs no orçamento, até porque assim estaremos a ganhar tempo, e nós, em função da defesa, poderemos manter ou deixar cair algumas das nossas propostas. Portanto, nós insistimos que o Governo faça a apresentação da sua proposta, convença-nos e nós, logo após essa defesa, faremos as correcções necessárias, que já preparamos.

O Sr. **Presidente**: — Gostaria de saber a opinião do Governo.

Tem a palavra o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares.

O Sr. **Ministro da Descentralização e Assuntos Parlamentares** (Arlindo Ramos): — Sr. Presidente, nós não temos nenhuma objecção a fazer. O Sr. Ministro da Justiça pode fazer a apresentação do seu orçamento, como vinha sendo feito desde ontem. Portanto, primeiro, o Ministro faz a apresentação do orçamento e depois ouviremos as propostas de alteração que porventura os Deputados queiram submeter.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado Sr. Ministro.

Se é consensual, vamos proceder como fizemos ontem. Neste sentido, vou pedir ao Sr. Ministro da Justiça e Reforma do Estado para fazer a apresentação do orçamento do seu Ministério.

O Sr. **Ministro da Justiça e Reforma do Estado** (Elísio Teixeira): — Bom dia Sr. Presidente, bom dia Srs. Deputados.

Em relação ao orçamento do Ministério da Justiça, desde o ano passado, decidimos dar prioridade aos serviços prisionais e à Polícia de Investigação Criminal (PIC). Portanto, trazíamos no ano passado alguns objectivos que não foram alcançados, por isso estamos numa tendência de continuidade, para resolver fundamentalmente os problemas dos serviços prisionais e da PIC. É nessa perspectiva que o orçamento do Ministério está focalizado e também para sustentar alguns compromissos assumidos, como é o caso, por exemplo, da base de dados «Legis PALOP», do Registo Permanente nas Maternidades e a cooperação com a Interpol, com que já vimos, de algum tempo a esta parte, sendo beneficiados, mas não com o qual não temos assumido os nossos compromissos.

Fundamentalmente, é nesta vertente que está centralizado o orçamento do Ministério da Justiça e Reforma do Estado.

O Sr. **Presidente**: — Os Srs. Deputados têm algumas sugestões ou propostas a apresentar?

Tem a palavra o Sr. Deputado Sebastião Santos, para uma intervenção.

O Sr. **Sebastião Santos** (PCD): — Sr. Presidente, antes da proposta, gostaria de colocar uma questão. Estamos a apreciar o orçamento e suponho que o elemento da parte do Governo que tem a ver justamente com a área financeira tem que estar presente. Não estamos a ver a presença do Ministro das Finanças e Cooperação Internacional, que é o defensor geral do OGE. Está de facto o Ministro da área que estamos a discutir, mas a área financeira é que é a «dona da festa», mas não está cá nem nos foi dado nenhuma justificação. Ainda não fui ver os articulados do Regimento, mas o Ministro das Finanças deve estar na discussão do orçamento.

O Sr. **Presidente**. — Agradeço o Sr. Deputado, mas primeiro tenho que assumir a *mea culpa*. Na verdade, o Ministro dos Assuntos Parlamentares, logo à sua chegada, informou-me que o Ministro das Finanças estaria ligeiramente atrasado, porque tem um encontro com uma delegação do Banco Africano para o Desenvolvimento (BAD) e essa delegação partirá amanhã. Estão a finalizar as negociações e logo que terminarem o Ministro estará cá.

Vamos continuar os nossos trabalhos. Gostaria de saber se efectivamente há alguma proposta.

Tem a palavra o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares e Descentralização**: — Sr. Presidente, está cá o Director do Orçamento, penso que ele poderá, porventura, prestar alguns esclarecimentos que os Deputados queiram obter, porque é a pessoa responsável pela elaboração do Orçamento.

O Sr. **Presidente**: — Portanto, Srs. Deputados, temos mais esta informação. Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves, para uma intervenção.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Caros Deputados, Srs. Técnicos, as minhas saudações.

Temos estado a discutir o OGE na especialidade e fizemos já um breve argumento da nossa proposta e porque são ministros diferentes, as outras pessoas vão me perdoar a repetição dos argumentos. Deveria ter sido todos de uma vez, mas cada dia vem um ministro, o que é normal, vem defender o seu orçamento e então tem que estar dentro das questões.

Sr. Ministro, decidimos apresentar algumas propostas de melhoramento deste orçamento e decidimos também apresentar algumas propostas de alteração da dotação orçamental para algumas actividades. Porquê esta proposta de alteração? É porque os argumentos do próprio Governo, na nota explicativa do Orçamento, diz-nos que estamos num momento de crise financeira internacional. Diz ainda que a nossa contribuição interna para a execução deste Orçamento ronda os 7%. Significa dizer que vamos contribuir com 7% no Orçamento, cerca de 150 milhões de dólares ou mais do que isso. Facilmente fazemos as contas para ver quem irá contribuir com 93%. São os nossos parceiros de cooperação. Daí que, perante a crise financeira internacional, temos que dotar verbas para sectores produtivos, sectores que geram riqueza, sectores que vão criar empregos, sem desviar no seu todo as opções de política do Governo, embora desenquadrados com o Orçamento, mas estão nas Grandes Opções do Plano. Até então apresentamos uma única proposta que tem a ver com a verba que foi dotada para missões no exterior. Pensamos que num momento de crise devíamos todos fazer sacrifícios. Todos os são-tomenses!

Daí que entendemos que o Governo, ao duplicar a verba para missões no exterior, não está a ser, no mínimo, coerente com aquilo que vem na nota explicativa do Orçamento. Para este ano temos cerca de Dbs. 8 600 000 000 000 00 (oito mil milhões de seiscentos milhões de dobrás) e para o próximo ano o Governo está a prever Dbs. 16 mil milhões.

Daí que a nossa proposta é manter em 2012 a mesma verba que está programada em 2011 para missões no exterior. Portanto, não se iria cortar de todo, porque as missões têm que ser realizadas.

No seu caso particular, tal como alguns outros, o aumento não é tão significativo, mas porque se trata de uma questão transversal, todos nós temos que fazer sacrifícios, daí que a nossa proposta também irá afectar o seu Ministério.

Para 2011, a programação do seu Ministério para missões no exterior é de Dbs. 866 146 200 00 (oitocentos e sessenta e seis milhões, cento e quarenta e seis mil e duzentas dobrás) e para o ano 2012 está-se a prever 930 milhões de dobrás. Portanto, o aumento não é tão significativo, repito, por se tratar de uma questão transversal, a nossa proposta é que se mantenha o mesmo valor que está em 2011.

Portanto, é esta a nossa proposta.

O Sr. **Presidente**: — Agradeço a intervenção do Sr. Deputado. Dou agora a palavra ao Sr. Ministro, para fazer a defesa do seu sector.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Desculpe, Sr. Presidente, acho que há aqui um erro qualquer, o valor que eu acabei de anunciar para o Ministério da Justiça em 2011, não consigo encontrar aqui no documento agora, mas em princípio se devia manter o mesmo valor de 2011 em 2012. Se for necessário, enquanto vou à procura, depois anunciarei os montantes, se for o caso.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro da justiça palavra.

O Sr. **Ministro da Justiça e Reforma do Estado**: — Sr. Presidente, só gostaria de dizer que este ano de 2011 tivemos de abrir mãos de algumas missões que tínhamos ao nível da CPLP, justamente porque a inscrição da verba do Ministério, como os senhores sabem, não é apenas para o Gabinete do Ministro, mas para todos os serviços do Ministério e houve missões que tivemos que abortar. Por exemplo, no próximo ano, vamos presidir a Conferência de Ministros da Justiça da CPLP e vamos ser obrigados a realizar algumas reuniões. É nessa perspectiva que temos esse acréscimo da verba.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, as explicações estão dadas, se alguém tiver mais alguma coisa para avançar pode usar da palavra.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Barros, para uma intervenção.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Srs. Deputados, Srs. Colaboradores, bom dia.

Sr. Ministro da Justiça, eu gostaria de obter alguns esclarecimentos sobre o estabelecimento prisional, que é algo que todos reconhecem que faz falta na Região Autónoma do Príncipe. Portanto, está prevista a construção de um novo estabelecimento prisional em São Tomé e eu gostaria que o Sr. Ministro pronunciasse algo que me desse alguma indicação sobre o futuro da Região Autónoma do Príncipe nessa matéria. Embora as pessoas não gostam que eu fale disso, mas eu vou sempre falar, aliás já disse que enquanto eu for Deputado nesta Assembleia não esquecerei desse documento que o Sr. Primeiro-Ministro assinou. O Sr. Ministro da justiça não assinou o documento, mas o actual Chefe do Governo assinou em seu lugar, está na sua área e esse é um dos compromissos que foi assinado.

Eu também gostaria de obter alguma explicação sobre a permanência dos magistrados na Região Autónoma do Príncipe. Deve haver aí algum problema e também tem criado alguns embaraços, portanto, nota-se que na Região Autónoma do Príncipe há muitos processos que deviam avançar, mas não avançam por falta de magistrados. As pessoas cometem algum crime, mas por não haver magistrados e um estabelecimento prisional, não podem ficar detidas por mais de 48 horas e são postas em liberdade, atingindo moralmente a pessoa que foi ofendida. Por isso é que eu gostaria de alguma explicação com relação a essas questões.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro, para responder.

O Sr. **Ministro da Justiça e Reforma do Estado**: — Nós projectámos a construção de um estabelecimento prisional na Região Autónoma do Príncipe. Estivemos a ver relativamente o custo/benefício, tanto mais que actualmente temos uma população prisional do Príncipe com cerca de 19 reclusos e vimos que não era compensável. O que foi decidido ainda neste orçamento foi, em conjunto com o Ministério da Defesa, construirmos um centro de detenção. Onde está o Comando da Polícia Regional é que se vai construir esse centro e esse edifício terá uma parte ocupada pelos serviços prisionais e outra parte pela Polícia Nacional. Isso vem no orçamento do Ministério da Defesa e Segurança Pública.

No melhoramento do Comando da Região Autónoma do Príncipe é que está perspectivado um centro de detenção.

Relativamente aos magistrados da Região Autónoma do Príncipe, as verbas para o funcionamento dos Tribunais são transferidas para os Tribunais Judiciais e eles é que fazem a gestão das verbas. Portanto, de algum tempo a esta parte, quem tinha a obrigação de regularizar a situação eram os Tribunais Judiciais, porque tendo em conta o princípio de autonomia e da independência dos Tribunais, as verbas foram transferidas, mas é claro que ao longo do ano, sei e até falei várias vezes com os magistrados da Região e com o Governo Regional, houve muitos problemas de permanência dos magistrados na Região Autónoma do Príncipe. É nessa perspectiva que estamos a decidir este ano que a verba seja para o funcionamento do Tribunal Regional do Príncipe e da Procuradoria Regional, ainda que elas continuem no orçamento dos Tribunais, mas que sejam mesmo entregues ao Tribunal e o Ministério Público Regional, para que possam funcionar. Essas verbas não ficam no orçamento do Governo, mas no orçamento dos Tribunais Judiciais. São eles que têm a obrigação de fazer a transferência para a Procuradoria e para o Ministério Público no Príncipe.

O problema não está com o Governo, mas no próprio funcionamento dos mecanismos de transferência de verbas nos Tribunais Judiciais. Nós e o Governo Regional já vimos essa questão em conjunto. Eu pessoalmente já vi com o Presidente do Governo Regional e com o Presidente do Supremo Tribunal de Justiça que as verbas do Príncipe devem ser transferidas, se possível, para o Governo Regional do Príncipe, para que possam resolver o problema dos magistrados na Região Autónoma do Príncipe.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Sr. Ministro, mesmo assim, vejo-me obrigado a pedir um esclarecimento, sobretudo quando fala da questão de uma construção, não de um estabelecimento prisional, mas algo que possa dar cobertura. Referiu também ao orçamento do Ministério da Defesa, mas ontem discutimos o orçamento desse sector e eu não vi lá nada que me desse esses sinais. Eu não sei como é que se vai construir uma coisa que não está orçamentada.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro da Justiça, para responder.

O Sr. **Ministro da Justiça e Reforma do Estado**: — É no orçamento deste ano, de 2011, que temos o orçamento para melhoria do Comando da Região Autónoma do Príncipe.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — O que está orçamentado ...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, ainda não lhe dei a palavra. Peço desculpas, mas o Sr. Deputado deve deixar o Sr. Ministro terminar a sua intervenção e só depois de eu lhe dar a palavra é que poderá

intervir. Senão ficaremos aqui como uma bola de berlimde, e isso não é salutar. Temos que introduzir alguma disciplina nas nossas intervenções.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Barros.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Em relação a essa questão, o valor de cerca de Dbs. 1 bilião, se não estou no erro, que está no orçamento de 2011, o problema que se põe, e ontem também já se levantou essa questão aqui, é que não houve uma reprogramação desta obra no orçamento de 2012. O problema é esse, não está no orçamento. Estava no orçamento de 2011, mas não houve a reprogramação no orçamento de 2012 e a questão que se coloca é: como executar as obras sem que estejam orçamentadas? Naturalmente vai ser uma obra que será executada no ano de 2012.

O Sr. **Presidente**: — Passo a palavra ao Sr. Director do Orçamento, para esclarecer.

O Sr. **Director do Orçamento** (Ginésio da Mata): — Começaria por saudar o Sr. Presidente e os Srs. Deputados.

A questão é a seguinte: não se trata de uma obra comum. Sendo uma obra executada pela Engenharia Militar, então não obedece ao princípio de licitação. Desta forma, conforme disse o Sr. Ministro da Defesa e Segurança Pública ontem, a verba poderá ser transferida para a conta da Engenharia Militar, que depois procede à execução. Nesse caso, a execução não é feita por facturação. A Engenharia tem o cálculo do custo da obra, não sei se precisamente o valor é suficiente para cobrir toda a operação, mas o valor é transferido para a conta da Engenharia Militar e eles fazem a obra. Não é por facturação como uma empresa civil, que conforme o acto de medição vão fazendo os pagamentos.

O Sr. **Presidente**: — Gostaria apenas de lembrar que ontem esta questão foi abordada com o Ministério da Defesa e Segurança Pública e fiquei com a sensação de que teria havido já algum entendimento sobre essa matéria, mas hoje estamos a voltar a trazê-la à ribalta.

Sr. Deputado, tenho a impressão de que ontem se falou bastante sobre isso e parece-me que se encontrou um compromisso já a nível do Ministério da Defesa, aliás até disseram que a verba estava cativa, mas finalmente acabamos por chegar a um consenso que a verba existe e irá ser alocada para a construção das obras no Príncipe. É apenas para relembrar.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Viegas.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Finalmente.

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Sr. Director do Orçamento, essa pergunta é precisamente para si. É só um pedido de esclarecimento. A Engenharia Militar é uma empresa?

O Sr. **Director do Orçamento**: — Não é empresa.

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Não é empresa. Bom, mas a pergunta é essa: em que quadro legal é que esta instituição pode receber recursos do Estado e pode participar na realização de obras?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Director do Orçamento.

O Sr. **Director do Orçamento**: — Sr. Deputado, o que disse é que é uma obra específica num edifício militar. Não tenho aí a legislação que especifica essa operação, mas o que estou a dizer é que a adjudicação foi feita para que os militares pudessem, eles próprio, realizar a obra mediante a disponibilidade de verba por parte do Governo. Portanto, não sendo um processo de licitação comum, cujos pagamentos são feitos por actos de medições, a operação pode ser feita mediante a transferência de verba para a conta, mas como a Engenharia Militar como tal não tem uma conta específica, acho que é próprio do Ministério da Defesa que vai fazendo as obras e depois apresenta o relatório da utilização da verba.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Sebastião Santos, para uma intervenção.

O Sr. **Sebastião Santos** (PCD): — Sr. Presidente, a pergunta que gostaria de fazer é a seguinte: o orçamento de um ano económico é realizado neste ano económico, por isso é que antes, inclusive, sempre pedimos a execução orçamental, para permitir saber o que foi feito durante o ano económico e o que não foi feito e o que não foi feito ou concluído deve ser transitado para o ano económico seguinte. Hoje, dia 8 de Dezembro, para 31 de Dezembro faltam 23 dias. Tirando os dias feriados e festivos, manifestamente não tendo sequer iniciado a obra, ela não será concluída? Isso implica a feitura no próximo ano económico, a inscrição no orçamento do ano económico 2012. Em que parte do orçamento de 2012 consta esta verba? Essa é que é a questão.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, volto a insistir que tenho a impressão de que ontem tivemos um espaço próprio para poder discutir isso na especialidade. Esteve cá o Sr. Ministro da Defesa com a sua equipa técnica, essas questões e algumas até foram colocadas ontem e hoje estamos a voltar a colocá-las no âmbito de um sector que não tem muito a ver com o que estamos a querer discutir.

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Tem a ver com a pergunta que se fez inicialmente.

O Sr. **Presidente**: — Ontem essas questões forma afloradas, as mesmas perguntas praticamente estão a regressar hoje. Agradecia que fizéssemos um exercício muito mais profícuo e nos cingíssemos apenas à temática que estamos a discutir.

Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves, para uma intervenção.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — É só para avançarmos e sair desta. Efectivamente, ontem resolvemos a questão, tendo ficado o Sr. Ministro de fazer os cálculos dos valores necessários para este ano e inscrever no orçamento a parte que vai ser transferida para o ano de 2012, mas vamos ver esta questão no fim, no Ministério das Finanças, quando estivermos a fazer o relatório final.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado Sr. Deputado pela ajuda.

O Sr. Director do Orçamento ainda quer aclarar alguma questão?

Tem a palavra o Sr. Director do Orçamento.

O Sr. **Director do Orçamento**: — Sr. Presidente, é só para esclarecer melhor o Sr. Deputado.

Conforme o Sr. Deputado Sebastião Santos explicou, não é preciso entender que a execução orçamental é diferente da execução física. Ao nível orçamental, estamos no final do ano e podemos transferir a verba, a execução orçamental está feita. Entretanto, a execução física não está feita. Há diferença entre elas.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Sebastião Santos.

O Sr. **Sebastião Santos** (PCD): — Gostaria que o Sr. Director depois me elucidasse com partes da lei. É só isso que queria que depois fizesse.

O Sr. **Presidente**: — Mais uma vez um atropelo, porque havia alguém na lista e o Sr. Deputado interveio.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Viegas.

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Coloquei a questão na sequência da pergunta inicial que tem a ver com a área da Justiça. O Sr. Ministro disse que a verba estaria no Ministério da Defesa, no entanto, prevalece a minha dúvida. Entendo que esse expediente é correcto, sobretudo se deve criar oportunidades para que os militares que estão lá também possam fazer, porque é a casa deles, mas o que estou a perguntar, porque também a questão surgiu hoje outra vez, é em que quadro legal isto é feito. Há uma Lei de Licitação e algumas cláusulas que falam disso? Se não há, façam expedientes para que as coisas sejam legais.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Ministro quer responder a isso ou deixa para o Sr. Director do Orçamento?

Tem a palavra o Sr. Ministro da Justiça.

O Sr. **Ministro da Justiça e Reforma do Estado**: — Só para acrescentar que a Lei das Contratações e Licitações diz que quando se trata de materiais de natureza específica, como é o caso de armamento e essas coisas, a lei permite que se faça por adjudicação directa ou que se procure outra via e não por concurso, porque é material de guerra, não se vai fazer por concurso.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares e da Descentralização**: — Só queria elucidar alguns aspectos relacionados com esta questão. A Engenharia Militar não é uma empresa de construção, é uma unidade das Forças Armadas que está encarregue pela execução das obras relacionadas com as Forças Armadas. Nesse caso, é a manutenção de uma unidade militar que vai ser levada a cabo e a verba está destinada para esse fim. Nesse âmbito a lei da Defesa Nacional é clara: «Assuntos específicos de âmbito militar são tratados a nível militar». Não é uma empresa civil que vai fazer uma manutenção ou reparação de uma unidade militar, onde há materiais específicos de guerra, materiais militar. Dificilmente os militares aceitariam isso. É por isso que se entregou à Engenharia Militar essa capacidade de execução das obras,

como fizeram outras obras anteriores, como o cercado do Aeroporto e mais outras obras ligadas aos militares.

Portanto, a Engenharia Militar não é uma empresa de construção, é uma unidade militar e tem tratamento específico no âmbito daquilo que é a Lei da Defesa Nacional.

O Sr. **Presidente**: — Espero que os Srs. Deputados obtiveram esclarecimentos necessários. Tem a palavra o Sr. Deputado Gaudêncio Costa, para uma intervenção.

O Sr. **Gaudêncio Costa** (MLSTP/PSD): — Apenas para dizer ao Sr. Ministro que a questão que está em causa não é a especificidade das obras ou do acto que se vai fazer. O que está em causa é a execução orçamental. E já agora, deixa-me levantar uma questão. Tenho alguma dificuldade em compreender a execução orçamental e a execução física, porque na minha perspectiva se a moda pega toda a gente recolhe os montantes financeiros sem executar a acção para esperar para outro ano.

O que estamos a fazer? Num ano civil estamos a executar muito mais do que aquilo que está orçamentado, porque o facto de transferirmos o montante para uma conta não significa que estamos a executar, nem orçamentalmente nem fisicamente. Apenas se fez a transferência.

Posso fazer a transferência do montante total do OGE e dizer que executei. Não executei coisíssima nenhuma.

O Sr. **Presidente**: — Não sei se o Sr. Director do Orçamento querará fazer alguma intervenção, por se tratar de uma matéria técnica e específica a nível orçamental.

Tem a palavra o Sr. Director do Orçamento.

O Sr. **Director do Orçamento**: — Existe de facto a diferença entre a execução orçamental e a execução física. Por exemplo, o edifício do Palácio dos Congressos está a ser reabilitado há cerca de 2 anos. No contrato foi estipulado que com assinatura se fizesse um adiantamento de 30%. Imagine que esse contrato fosse assinado no mês de Dezembro. A empresa recebeu os 30% e 30% do contrato já foi executado orçamentalmente, mas a empresa depois de receber os 30% é que vai ao mercado adquirir os materiais para iniciar a obra.

Uma Voz: — É diferente.

Não. Não é diferente. Em termos de execução orçamental, os 30% já foram executados, mas a execução física, se formos ver o edifício, não foi feito ainda. Isto porque é um contrato que está estipulado e as condições de pagamento estão fragmentadas. Não se trata, nesse caso, desta obra em concreto.

É só para ver a diferença entre a execução orçamental e a execução física.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Gaudêncio Costa, para uma intervenção.

O Sr. **Gaudêncio Costa** (MLSTP/PSD): — Sr. Director, acho que o que está a acontecer neste momento é que estamos a pegar num aspecto específico de execução para tentarmos universalizar. O que estou a dizer é que o senhor vai transferir a totalidade do montante para se executar no ano 2012. Essa justificação que o senhor deu é um caso específico e que está na Lei «fragmentação em função do contrato». O que estamos a dizer é que a transferência a ser feita deveria se inscrever no orçamento 2012, sendo militar ou não. Se deve inscrever, senão estamos a executar muito mais do que aquilo que estamos programamos.

Protestos do Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares e da Descentralização.

Ontem, lembro-me que o Líder do meu Grupo Parlamentar disse ao Sr. Ministro da Defesa que ele poderia estar a incorrer em violação da lei, se isso não estiver inscrito no orçamento de 2012. Foi dito aqui.

O Sr. **Presidente**: — Antes de passar a palavra ao Sr. Ministro, quero fazer referência... Tem a palavra o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, para um pedido de esclarecimento.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares e da Descentralização**: — Só um pedido de esclarecimento. Eu gostaria que me dissessem, em caso de transferência de verba para a Engenharia Militar, qual é a lei que a Direcção do Orçamento está a violar? Qual é a lei que fala concretamente disso? A Engenharia Militar não é uma empresa de construção, é uma unidade militar. Gostaria que me elucidassem qual é a lei que faz referência que as verbas destinadas a construções de edifícios militares não podem ser transferidas, de acordo com aquilo que os militares pretendem.

O Sr. **Gaudêncio Costa** (MLSTP/PSD): — É a Lei do Orçamento, Sr. Ministro.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Sebastião Santos, para uma intervenção.

O Sr. **Sebastião Santos** (PCD): — Eu pensava que a situação tinha sido de facto ultrapassada. Ultrapassada como? O Governo devia inscrever para 2012 as verbas ou a verba para essa realização.

A lei orçamental não permite que essas operações sejam feitas dessa maneira.

O Sr. Director do Orçamento deu exemplo de um contrato, mas aí o contrato não pode ser estabelecido com uma instituição, como sendo a Engenharia Militar, que é uma unidade militar. E o caso do contrato que o senhor está a colocar é uma coisa que não pode ser realizada, porque o OGE é aprovado no ano anterior, dando justamente tempo para que as execuções sejam feitas.

Nenhuma casa parlamentar vai aceitar um governo que, em Dezembro, esteja a fazer avanços para realizações que serão feitas no ano seguinte. Vai ter que lhe dizer simplesmente que deve pegar nessa verba e transferi-la para o orçamento seguinte.

Por isso é que volto a retomar aquilo que nós ontem combinamos e que já deveria ser entregue hoje, para o grupo que efectivamente estiver a trabalhar. É a inscrição desta verba no OGE que estamos apreciar, porque de contrário, se a verba não estiver inscrita, não pode ser executada. Este é que é o problema. Se a verba não estiver inscrita em 2012, não tendo sido realizada em 2011, a lei orçamental não permite dizer que se pode cativar o dinheiro e fazê-lo lá. Quem tem que cativar o dinheiro é o Estado e a forma de o Estado cativar o dinheiro é inscrevê-la no Orçamento para dar continuidade. Isto é assim aqui e em toda parte do mundo, pelo menos que eu saiba.

O Sr. **Presidente**: — Mais uma vez faço esse apelo, porque tenho a impressão de que a intervenção do Sr. Deputado Delfim Neves já ia nesse sentido. É uma questão que tinha sido sobejamente abordada ontem e estamos de novo a tocar na mesma questão e há necessidade de avançarmos. Portanto, acho que não devemos perder muito mais tempo discutindo essa questão hoje. Ontem discutimos, tomou-se uma decisão e temos que avançar. É apenas isso.

Tem a palavra o Sr. Deputado Gil Costa, para uma intervenção.

O Sr. **Gil Costa** (PCD): — Uma vez ultrapassado esse debate sobre a inscrição ou não da verba, falando concretamente do Ministério da Justiça e Reforma do Estado, vejo aqui a discriminação das actividades para o ano de 2012 e gostaria de solicitar ao Sr. Ministro um esclarecimento. Vejo aqui «ajuda alimentar aos militares e paramilitares». Não sei se foi um erro de dactilografia ou se existe mesmo militares no Ministério da Justiça.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro da Justiça.

O Sr. **Ministro da Justiça e Reforma do Estado**: — São paramilitares.

O Sr. **Gil Costa** (PCD): — Aqui está militares e paramilitares.

O Sr. **Ministro da Justiça e Reforma do Estado**: — Em nome do projecto do Ministério da Defesa.

O Sr. **Presidente**: — Há mais alguma perguntar a colocar, Srs. Deputados? Podemos avançar e considerar que já não há mais pergunta sectorial para o Ministério da Justiça?

Até agora houve uma proposta inicial de redução da verba de missões para o exterior, mas o Sr. Ministro também avançou argumentos. Não sei se o Sr. Ministro quer avançar mais argumentos, porque fiquei com a impressão de que deu a entender que há questões específicas com a CPLP para este ano e, no âmbito do programa do Ministério...

Murmúrios.

Tenho a impressão que sim. Sr. Ministro não quererá abordar mais essa questão?
Então, nesse caso, qual é a proposta concreta, Sr. Deputado?

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares e da Descentralização**: — O Sr. Deputado Delfim Neves já avançou a proposta.

O Sr. **Gil Costa** (PCD): — Qual é a proposta?

O Sr. **Presidente**: — Na rubrica «missões no estrangeiro», manter o mesmo montante do ano passado. Srs. Deputados, vou colocar a proposta à votação.

Quem está a favor da alteração da verba da rubrica «missões no estrangeiro»?

Submetida à votação, foi aprovada com 5 votos a favor e 3 votos contra.

Sr. Ministro, muito obrigado pela sua presença. Se quiser, pode deixar esta Casa Parlamentar. Declaro encerrada a reunião.

Eram 9 horas e 50 minutos.